

A I N° - 147079.0069/08-5
AUTUADO - MINEIRÍSSIMA COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA.
AUTUANTE - RENATO ALCÂNTARA DE ANDRADE
ORIGEM - INFAZ JEQUIÉ
INTERNET - 19.09.08

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO JJF N° 0279-04/08

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. ENTRADAS INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO. **a)** FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. É devido o pagamento a título de antecipação parcial do ICMS, até o dia 25 do mês subsequente a entrada neste Estado, pelo contribuinte credenciado que adquirir para comercialização mercadorias não enquadradas na substituição tributária, em valor correspondente a diferença entre a alíquota interna e a interestadual. O autuado apresenta DAE e comprova parte do pagamento. Infração parcialmente subsistente. **b)** RECOLHIMENTO A MENOS DO IMPOSTO. É devido o pagamento a título de antecipação parcial do ICMS, até o dia 25 do mês subsequente a entrada neste Estado, pelo contribuinte credenciado que adquirir para comercialização mercadorias não enquadradas na substituição tributária, em valor correspondente a diferença entre a alíquota interna e a interestadual. Infração não impugnada. Auto de Infração **PROCEDENTEM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração foi lavrado em 30/05/08, exige ICMS no valor de R\$ 4.539,40, acrescido das multas de 50% em decorrência das seguintes infrações:

01. Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS antecipação parcial, na condição de empresa de pequeno porte referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado - R\$ 611,72 (janeiro/fevereiro 07).
02. Efetuou recolhimento a menos do ICMS por antecipação parcial, na condição de empresa de pequeno porte referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado - R\$ 2.101,34 (abril/junho 07).
03. Efetuou recolhimento a menor do ICMS por antecipação, na condição de empresa optante do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado – R\$ 1.826,34 (julho 07).

O autuado, na defesa apresentada à fl. 79, alega que localizou o DAE de janeiro 07 e a memória de cálculo respectiva e confirma a procedência da exigência tributária relativa ao período abril a julho de 2007. Pede a redução do valor efetivamente pago.

Complementa que é contribuinte do Estado desde outubro de 2006, cumpre regularmente com suas obrigações fiscais, gerando emprego e renda para a região de Jequié.

O autuante, na informação fiscal prestada à fl. 101, discorre sobre as alegações defensivas e diz acatar o valor pago em janeiro 07, mantendo os demais valores. Reafirma a procedência dos valores de fevereiro e o período abril a julho de 2007.

VOTO

O Auto de Infração trata da exigência do ICMS antecipação parcial devido pelo autuado, no período de janeiro a julho de 2007, ora porque deixou de recolher, ora porque recolheu a menos o ICMS devido. O imposto ora exigido, instituído pela Lei nº 7.014/1996 com a redação da Lei nº 8.967/2003, prevê que para as mercadorias adquiridas em outros Estados e destinadas a comercialização, não estando credenciado o adquirente (Portaria 114/04), o prazo para o recolhimento do imposto é o momento da entrada da mercadoria no território deste Estado, conforme previsto no art. 125, II, §§ 7º e 8º e art. 352-A, RICMS BA.

Na defesa apresentada, o autuado anexou aos autos cópia do DAE referente a janeiro de 2007, acatando a procedência do período restante. O Auditor Fiscal concorda com as considerações defensivas.

Da análise dos demonstrativos juntados pelo autuante, verifico o pagamento efetivo das aquisições havidas no mês de janeiro 07 no valor de R\$ 551,72 restando na primeira infração tão somente o ICMS antecipação parcial relativo à nota fiscal nº 35, com imposto a recolher no valor de R\$ 60,00.

Com relação à diferença encontrada referente aos demais períodos, foram apresentados os demonstrativos mês a mês, sem discriminação das notas fiscais. Desses valores, subtraído o ICMS efetivamente recolhido, encontrando-se assim, a diferença a ser recolhida. O autuado não questionou os valores apontados como devidos apurados pela fiscalização, mas confirmou a procedência da exigência tributária relativa a tal período, não restando qualquer lide.

Pelo exposto, acato a alegação defensiva com relação à infração 01, remanescendo a parcela de fevereiro 07, no valor de R\$ 60,00 sendo integralmente procedente as infrações 02 e 03, nos valores de R\$ 2.101,34 e R\$ 1.826,34, respectivamente.

Por tudo acima exposto, voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **147079.0069/08-5** lavrado contra **MINEIRÍSSIMA COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 3.987,68**, acrescido da multa de 50%, prevista no art. 42, I, “b” 1, da Lei n.º 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 11 de setembro de 2008.

EDUARDO RAMOS DE SANTANA – PRESIDENTE

JOSÉ RAIMUNDO CONCEIÇÃO - RELATOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO – JULGADORA